

## **Centrais de Abastecimento de Campinas S.A.**

### **CEASA**

**Demonstrações financeiras**  
**em 31 de dezembro de 2015 e 2016**

# Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**Em 31 de dezembro de 2015 e 2016**

### **1 Contexto operacional**

As Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA (“CEASA” ou “Companhia”) é uma sociedade de economia mista, implantada nos termos do Decreto nº 70.502, de 11 de maio de 1972, cuja gestão, a partir de 12 de dezembro de 1989, compete à Prefeitura de Campinas, nos termos da Lei Municipal nº 6.111, de 1º de novembro de 1989. A Companhia tem sua sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 140,5 - SP 065 - Pista Norte - Barão Geraldo - Campinas - SP, e mantém em funcionamento uma filial situada no mesmo endereço da sua sede.

A CEASA tem como principal objeto a constituição, instalação, administração, autorização de uso de área e permissão de espaço nas Centrais de Abastecimento, Horto Mercados, Varejões e Sacolões destinados à comercialização, distribuição e colocação de produtos hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além dos demais serviços de apoio compatíveis com suas finalidades.

A CEASA executa por meio de termo de cooperação assinado com a Prefeitura de Campinas o Programa de segurança alimentar e nutricional Banco Municipal de Alimentos que tem por finalidade a arrecadação de alimentos não perecíveis em indústrias, supermercados, empresas e eventos. Através da Secretaria Municipal Assistência e Segurança Alimentar são cadastradas 119 entidades assistenciais<sup>1</sup> da cidade. Todas as doações que chegam ao Banco de Alimentos passam por uma análise técnica e depois são distribuídas, também são atendidos outros pedidos em caráter de urgência conforme a demanda da secretaria, incluindo os abrigos municipais e outros projetos sociais. Esse programa tem atendido aproximadamente 27.000 pessoas mensalmente<sup>1</sup>. Além disso, o órgão visa conscientizar a sociedade desenvolvendo atividades educativas sobre técnicas nutricionais, de combate ao desperdício e higiene e manipulação de alimentos.

A Companhia administra o convênio “Programa Municipal de Alimentação Escolar” da Prefeitura de Campinas, que tem por finalidade a segurança alimentar da população escolar do município. A operacionalização do Programa requer planejamento, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, para

<sup>1</sup> Informação não auditada.

aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios que são utilizados na confecção dos cardápios semanais referentes às merendas das 605 escolas<sup>1</sup>, municipais, estaduais e núcleos, localizados no município, conforme quadro abaixo:

### UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS EM 2016 POR TIPO DE ENSINO 605

TIPO DE ENSINO	QUANTIDADE DE UNIDADES
CEI (NAVE MÃE)	25
CEI (CEMEI / EMEI)	137
EMEF	46
ESTADUAIS	161
NÚCLEOS	61
ETEC	2
ENTIDADES	46
UEF/EJA/FUMEC	127
<b>TOTAL</b>	<b>605</b>

Com o intuito de atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, formando e recuperando hábitos alimentares saudáveis, através de uma alimentação de qualidade e adequados à faixa etária e condições sócio econômicas, disponibilizamos 20 tipos de cardápios para as unidades. Realizamos controle de normas técnicas e higiênico-sanitária através de visitas realizadas pela equipe técnica do Ceasa. São, em média, 274.902 refeições por dia<sup>1</sup>, priorizando os alimentos in natura com mais frutas, verduras e legumes conforme quadro abaixo:

### REFEIÇÕES SERVIDAS EM 2016 POR TIPO DE ENSINO

<sup>1</sup> Informação não auditada

TIPO DE ENSINO	TOTAL ANUAL*	MÉDIA MENSAL	MÉDIA DIÁRIA
CEI (NAVE MÃE)	5.810.200	551.592	29.051
CEI (CEMEI / EMEI)	13.534.400	1.287.005	67.672
EMEF	7.786.800	739.957	38.934
ESTADUAIS	16.845.800	1.667.974	84.229
NÚCLEOS	4.509.800	434.660	22.549
ETEC	594.600	58.918	2.973
ENTIDADE	5.263.600	501.126	26.318
UEF/EJA/FUMEC	635.200	63.520	3.176
<b>TOTAL EM 2016</b>	<b>54.980.400</b>	<b>5.304.752</b>	<b>274.902</b>

\*200 Dias Letivos

O Mercado Permanente de Flores e Plantas Ornamentais da Ceasa-Campinas movimentou no ano de 2016 em toneladas, 60.009 contra 62.303 em 2015, apresentando uma redução de 3,68%. O valor financeiro, em reais, movimentado em 2016 foi de R\$ 174.650.808,85 contra R\$ 176.689.770,52 em 2015, apresentando uma redução de 1,15%.

O Mercado de Hortifrúti da Ceasa-Campinas por sua vez, apresentou, no exercício de 2016, volume físico comercializado, da ordem de 613.087 toneladas e 608.209 toneladas em 2015, resultando um aumento no volume de 0,80%. A comercialização do Mercado de Hortifrutigranjeiros da Ceasa-Campinas no exercício de 2016 foi de R\$ 1.682.074.660,01 e comparado ao exercício de 2015 no valor de R\$ 1.380.074.685,70, obteve um acréscimo de 21,88%.

O ISA - Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação, com apoio da Ceasa e da Assoceasa, arrecada doações de frutas, verduras e legumes dos permissionários, depois seleciona, higieniza e distribui. As doações de hortifrúti dos permissionários da CEASA somam no ano 2.857,04 toneladas em média e beneficiam cerca de 12.500 famílias<sup>1</sup> em 43 pontos de distribuição<sup>1</sup>.

## 2 Base de preparação

**a. Declaração de conformidade com relação às normas CPC**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas por não haver valores a serem apresentados sob esse conceito. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e ativos intangíveis; (ii) a provisão para créditos de liquidação duvidosa; (iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; (iv) o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos; e (v) a provisão para contingências vinculadas a processo judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

---

<sup>1</sup> Informação não auditada

### 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras respeitando as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

#### a. Instrumentos financeiros

##### i. Ativos financeiros não derivativos

Os principais instrumentos financeiros ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez imediata.

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retirada nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo individual.

##### ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

##### iii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

*iv. Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

*b. Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação.

*c. Contas a receber de clientes*

As contas a receber de clientes (permissionários) são registradas pelos seus valores presentes, quando aplicável, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual foi constituída pela Administração em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas na sua realização, utilizando como critério a análise individualizada de cada permissionário.

*d. Estoques*

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são avaliados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão (quando aplicável) para refletir o valor realizável líquido.

*e. Investimentos*

São avaliados pelo método de custo de aquisição, reduzido mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

*f. Imobilizado*

*i. Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por avaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, deduzido dos efeitos fiscais. Desde a sua adoção em 2010 a Companhia vem apresentando prejuízo contábil devido ao valor relevante da depreciação anual. No final de 2015 com reflexo a partir de 2016 a empresa adotou a segregação dos investimentos realizados por terceiros dos investimentos

realizados pela companhia com base em nova avaliação de ativos e redução ao valor recuperável. Desta forma a Companhia apresentou redução no prejuízo contábil devido a diminuição da depreciação anual. Como os reflexos do teste de recuperabilidade foram reconhecidos em 2016 a Companhia apresentou redução do patrimônio líquido e prejuízo contábil em contrapartida às Provisão de Perdas por Desvalorização.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

#### iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de componente. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	<b>Vida útil</b>
• Edificações	15 a 45 anos
• Instalações	10 anos
• Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
• Urbanizações	10 a 25 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Veículos	4 a 5 anos
• Outros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.



## **g. Ativos intangíveis**

### *i. Reconhecimento e mensuração*

Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. É composto basicamente por direito de uso de *softwares*.

### *ii. Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### *iii. Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os direitos de uso de *softwares* é de 5 anos.

## **h. Redução ao valor recuperável**

### *i. Ativos não financeiros*

Os bens do imobilizado e os ativos intangíveis, têm em seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil de referidos ativos ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício ou no patrimônio líquido caso seja resultado de avaliação patrimonial anterior.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 houve necessidade de constituir provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável após a realização do teste de *impairment*, cuja contrapartida proporcionou reflexos no patrimônio líquido da Companhia e no Resultado do Exercício.

### *ii. Ativos financeiros*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor

recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado, quando aplicável, é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

#### *i. Provisões*

Uma provisão é reconhecida, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação já constituída ou ainda não formalizada, apresentada como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### *j. Benefícios a empregados*

##### *i. Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

#### *k. Receita operacional*

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

##### *i. Permissão de uso - CEASA*

Consistem nas receitas de tarifas (aluguéis) derivadas da permissão de áreas nas Centrais de Abastecimento, Horto Mercados e Varejões.

## *ii. Convênio - Prefeitura de Campinas*

Consiste em repasses da Prefeitura Municipal de Campinas para cobrir os custos com os Convênios Programa de Alimentação Escolar e Banco Municipal de Alimentos.

## ***l. Tributação***

### *i. Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

### *ii. Tributos indiretos*

As receitas de vendas dos produtos e dos serviços prestados e receitas financeiras estão sujeitas aos impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

(a) Receitas de vendas dos produtos e dos serviços prestados:

- Contribuição para Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%.

(b) Receitas financeiras:

- Contribuição para Programa de Integração Social (PIS): 0,65%;

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 4%.

Esses tributos são apresentados como deduções das vendas e receitas financeiras na demonstração do resultado.

## 4 Gerenciamento de risco financeiro

### *Visão geral*

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado

### *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não derivativos cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição a estes. As operações estão, substancialmente, registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito, de moeda e de taxa de juros.

### *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas (permissão de uso) para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes para sua aceitação como permissionário e efetua aplicações somente em instituições financeiras de primeira linha.

### *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, em a que há possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos no mercado. Para minimizar possíveis impactos avindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como fundos de investimentos e CDI), e mantém acompanhamento permanente do mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

**5 Caixa e equivalentes de caixa** (em milhares de reais)

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa e Bancos	244	126
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	<u>1.319</u>	<u>8.769</u>
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1.563</u>	<u>8.895</u>

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos de renda fixa (CDI), possuem liquidez imediata, a qualquer momento podem ser resgatadas, dependendo simplesmente da necessidade de caixa da Companhia.

Fundos de Investimento Diários, resgate e aplicação automáticos.

**6 Contas a receber** (em milhares de reais)

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Partes relacionadas ( <b>nota 7</b> )	12.023	2.942
Permissionários a receber	<u>920</u>	<u>914</u>
	<u>12.943</u>	<u>3.856</u>

**Aging list** (Permissionários a receber)

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
A vencer	160	432
Vencidos de 1 a 30 dias	392	261
Vencidos de 31 a 60 dias	201	123
Vencidos de 61 a 90 dias	40	33
Vencidos a mais de 90 dias	<u>128</u>	<u>65</u>
	<u>920</u>	<u>914</u>

**7 Transações com partes relacionadas** (em milhares de reais)

A parte controladora final é Prefeitura Municipal de Campinas (“PMC”).

Segue-se resumo das transações com empresas ligadas:

	<b>Prefeitura do Município de Campinas</b>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo circulante		
Convênio - Programa de alimentação escolar (a)	11.908	2.942
Convênio - Banco de alimentos (b)	<u>115</u>	—
	<u>12.023</u>	<u>2.942</u>
Passivo circulante		
Convênio - Programa de alimentação escolar	-	-
Convênio – Banco de Alimentos	-	<u>209</u>

**Prefeitura do Município  
de Campinas**

---

**2016**      **2015**=      209**Nota**

## Repasse – PMC

Convênio - Programa de alimentação escolar (a)	58.035	52.458
Convênio - Banco de alimentos (b)	<u>576</u>	<u>634</u>

**19**      58.611      53.092

## Despesas/custos

Convênio - Programa de alimentação escolar (a)	(58.035)	(52.428)
Convênio - Banco de alimentos (b)	(577)	(632)
	<u>(58.612)</u>	<u>(53.060)</u>

As transações com partes relacionadas são realizadas nas condições descritas abaixo.

**a. Programa de Alimentação Escolar**

Refere-se a valores a receber decorrentes dos custos do abastecimento e distribuição dos alimentos nas escolas públicas do município de Campinas.

**b. Convênio Banco de Alimentos**

Refere-se a valores a receber decorrentes dos custos para execução do Programa Banco Municipal de Alimentos.

### **Remuneração da Administração**

Em 2016, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção, Conselho Fiscal e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 744 e R\$ 706 em 2015, e inclui salários e honorários.

## **8 Estoques, Impostos a Recuperar, Despesas Antecipadas e Outros Créditos**

(em milhares de reais)

### **Estoques:**

Em 31 de dezembro de 2016 a companhia apresentava um saldo de estoque de pequenos materiais de uso operacional no valor de R\$ 142 e R\$ 169 em 2015.

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Gêneros alimentícios - Programa de Alimentação Escolar	-	-
Material para consumo próprio da CEASA	<u>142</u>	<u>169</u>
	<u>142</u>	<u>169</u>

### **Impostos a Recuperar:**

Em 31 de dezembro de 2016 a companhia apresentava saldo de impostos a recuperar referente retenções na fonte e valores pagos a maior em exercícios anteriores. Estes valores são utilizados nos exercício subsequentes de acordo com a dinâmica de apuração de impostos com base no lucro real. Em 2016 o saldo da conta referente IRPJ/CSLL/PIS/COFINS a recuperar era de R\$ 298 e R\$ 476 em 2015.

Para que a situação patrimonial da companhia fique de acordo com a realidade econômica fazemos as atualizações monetárias mensalmente utilizando a taxa Selic como base.



## Despesas Antecipadas:

Em 31 de dezembro de 2016 a companhia apresentava saldo de seguros e assinaturas a amortizar no valor de R\$ 70 e R\$ 68 em 2015.

## Outros Créditos:

Em 31 de dezembro de 2016 a companhia apresentava saldo de adiantamento de férias, adiantamento de 13º salário, juros e multas a serem reembolsadas e ressarcimento cessão funcionário no exercício subsequente no valor de R\$ 251 e R\$ 285 em 2015.

## 9 Imobilizado (em milhares de reais)

### Imobilizado (em milhares de Reais)

	Edificações	Terrenos	Urbanizações	Instalações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento (*)	Benfeitoria em Imóveis de Terceiros (**)	Outros	Total	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>													
Líquido	86.574	40.326	10.720	774	237	551	63	366	711		105	140.427	
<b>Movimentação</b>													
Adições	123	-	-	6	49	76	46		8		2	310	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
Depreciação	(4.080)	-	(752)	(163)	(90)	(158)	(20)	(124)			(32)	(5.418)	
Baixas de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>													
Custo ou custo atribuído	110.836	40.326	15.534	1.708	1.602	1.385	244	912	719		320	173.586	
(-) Depreciação acumulada	(28.219)	-	(5.566)	(1.091)	(1.406)	(980)	(155)	(669)	0		(245)	(38.331)	
Líquido	82.617	40.326	9.968	617	196	405	89	243	719		75	135.256	
<b>Movimentação</b>													
Adições	21.754	-	0	835	36	15	30	190	2.958		783	1	26.603
Baixas	19.737	-	229	231	22	178	53	157	3.598		0	170	24.374
Depreciação	(17.313)	-	(752)	(199)	(71)	(147)	(14)	(136)			(39)	(22)	(18.695)
Baixas de depreciação	15.005	-	229	196	19	178	48	137			146		15.959
Provisão Perdas por Desvalorização	1.701	306	433	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.441
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>													
Custo ou custo atribuído	111.152	40.020	14.872	2.312	1.616	1.221	221	945	79		783	151	173.374
(-) Depreciação acumulada	(30.526)	-	(6.089)	(1.094)	(1.459)	(949)	(121)	(669)	0		(39)	(120)	(41.066)
Líquido	80.625	40.020	8.783	1.218	158	272	100	276	79		744	31	132.308

(\*) Em 2016, refere-se a benfeitoria no Prédio da Administração.

(\*\*) Refere-se a Revitalização do Horto Shopping Ouro Verde e Complexo Miguel Vicente Cury

### a. Ajustes de avaliação patrimonial (em milhares de reais)

Em Dezembro/2015 foi contratado empresa especializada para Avaliação de Bens Patrimoniais nos itens do patrimônio como terrenos, edificações e urbanizações, objetivando a segregação dos itens do patrimônio avaliados em 2010 que foram construídos com recurso de terceiros, e minimizar os impactos causados pela depreciação do total desses itens no resultado da Cia. Os itens que antes estavam contabilizados como

Imobilizado CPC 27, agora estão distribuídos entre Ajuste Laudo 2015 Terrenos, Ajuste Laudo 2015 Edificações, Ajuste Laudo 2015 Urbanizações e Ajuste Laudo 2015 Benfeitorias Realizadas por Terceiros, compondo o Total do Imobilizado.

### ***b.Redução ao valor recuperável de Ativos***

Em Dezembro/2015 foi contratado empresa especializada para Avaliação de Bens Patrimoniais nos itens do patrimônio como terrenos, edificações e urbanizações. O reflexo dessa avaliação diminuiu o PL em 1.946 milhão assim como refletiu no resultado do exercício em 494 mil pois vários itens com provisão para perda por desvalorização eram objeto de avaliação patrimonial de 2010 cujos valores estão contabilizados no PL. Tais lançamentos foram realizados com base no CPC 01.

## **10 Intangível** (em milhares de reais)

	<b>Direito Uso Marcas e Patentes*</b>	
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>		
Custo	223	218
(-) Amortização acumulada	(123)	(121)
Saldo no início do exercício, líquido	<u>100</u>	<u>77</u>
Adições	118	5
Baixas	(58)	-
Amortização	(32)	(2)
Baixas de amortização	<u>19</u>	<u>-</u>
<b>Saldo no final do exercício</b>		
Custo	283	223
(-) Amortização acumulada	(136)	(123)
Saldo no final do exercício, líquido	<u>147</u>	<u>100</u>

\* Refere-se a licenças de uso de software e Marcas e Patentes para a Companhia.

**11 Fornecedores** (em milhares de reais)

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Convênio - Programa de Alimentação Escolar	5.790	3.548
CEASA - Permissão de Uso	1.290	1.853
Convênio - Banco Municipal de Alimentos	<u>10</u>	<u>11</u>
	<u>7.090</u>	<u>5.412</u>

Em 31 de dezembro de 2016 a companhia apresentava saldo de fornecedores a pagar no valor de R\$ 7.090 e R\$ 5.412 em 2015. Este saldo foi satisfeito no exercício subsequente de acordo com a ordem cronológica de pagamentos.

**12 Impostos, salários e encargos sociais** (em milhares de reais)**Impostos:**

Em 31 de dezembro de 2016 a companhia apresentava saldo de impostos a recolher no valor de R\$ 1.477 e R\$ 1.343 em 2015. Este saldo se refere a PIS/COFINS sobre faturamento, IRRF sobre folha de pagamento e retenções sobre notas fiscais de terceiros. O recolhimento foi realizado no exercício subsequente de acordo com os respectivos vencimentos.

<b>Salários e encargos sociais</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Provisão para férias e rescisão	1.837	1.634
Encargos com INSS	357	311
Encargos com FGTS	111	105
Outros	<u>2</u>	=
	<u>2.307</u>	<u>2.050</u>

Em 31 de dezembro de 2016 a companhia apresentava saldo de encargos sociais a pagar no valor de R\$ 2.307 e R\$ 2.050 em 2015. Referente INSS/FGTS a recolher, rescisão a pagar, saldo de salários a pagar e provisão de férias de funcionários. Os pagamentos serão efetuados no exercício subsequente de acordo com os respectivos vencimentos.

### **13 Outras contas a pagar** (em milhares de reais)

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Valores Terceiros - Caução	107	100
Outros (*)	<u>524</u>	<u>534</u>
	<u>631</u>	<u>634</u>

(\*) Referem-se à mensalidades/repasse de associações, convênios, ressarcimento a permissionários, energia elétrica, e consignação sobre folha de pagamento.

### **14 Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido** (em milhares de reais)

#### *a. Ativo fiscal diferido*

Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, sobre as diferenças temporárias.

	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Diferença temporária</b>			
Provisão para contingências	15	331	234
(x) Alíquota combinada do IR e CSLL		<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	18.b	<u>113</u>	<u>80</u>

**b. Passivo fiscal diferido**

Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, sobre ajuste de avaliação patrimonial, constituído em 1º de dezembro de 2010.

	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>			
Custo atribuído (mais valia)	9.a	154.604	154.604
(-) Depreciação acumulada (mais valia) (a)		<u>(30.289)</u>	<u>(27.356)</u>
(=) Ajuste de avaliação patrimonial - líquido		<u>124.315</u>	<u>127.248</u>
(x) Alíquota do IR e CSLL		34%	34%

Imposto de renda e contribuição social - diferido		<u>42.267</u>	<u>43.264</u>
Movimentação no exercício	18.b	<u>1.030</u>	<u>1.549</u>

A movimentação da depreciação acumulada referente ao custo atribuído no exercício de 2016 foi de R\$ 2.933 (R\$ 4.585 em 2015).

## 15 Depósitos judiciais e provisões (em milhares de reais)

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para todos os processos judiciais em aberto, classificados como perda provável (provável em 2015), nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos trabalhistas e cíveis em andamento.

Adicionalmente, informamos que o saldo está composto pelos valores atualizados dos processos em dezembro de 2.016.

	2016					2015		
	Perspectiva de perda				Provisão	Depósitos judiciais relacionados	Líquido	Líquido
	Remota	Possível	Provável	Total				
Trabalhistas - CEASA	1.674	20.460	43	22.177	43	(243)	(200)	(238)
Trabalhistas - Terceiros	2.837	10.050	266	13.153	266	(40)	226	58
Cíveis	<u>19.783</u>	<u>1.084</u>	<u>22</u>	<u>20.889</u>	<u>22</u>	<u>(14)</u>	<u>8</u>	<u>106</u>
	<u>24.294</u>	<u>31.594</u>	<u>331</u>	<u>56.219</u>	<u>331</u>	<u>(297)</u>	<u>34</u>	<u>(74)</u>

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	122	142	264
Provisões constituídas durante o exercício	6	6	12
Provisões revertidas durante o exercício	(14)	(28)	(42)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>114</u>	<u>120</u>	<u>234</u>
Provisões constituídas durante o exercício	290	22	312
Provisões revertidas durante o exercício	(95)	(120)	(215)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>309</u>	<u>22</u>	<u>331</u>

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	<b>Ativo não circulante</b>			<b>Passivo não circulante</b>		
	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>	<b>(depósitos judiciais relacionados a provisões para contingências)</b>		
	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	<u>153</u>	<u>9</u>	<u>162</u>	=	=	=
Baixas	(21)	-	(21)	-	-	-
Reclassificação/Atualização	<u>162</u>	<u>5</u>	<u>167</u>	=	=	=
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>294</u>	<u>14</u>	<u>308</u>	=	=	=

Baixas	(142)	-	(142)	-	-	-
Reclassificação/Atualização	<u>132</u>	<u>1</u>	<u>133</u>	=	=	=
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>284</u>	<u>15</u>	<u>299</u>	=	=	=

**a. Trabalhistas - CEASA**

O saldo é representado substancialmente por processos movidos por ex-funcionários da Companhia, que pleiteiam verbas de natureza trabalhista e indenizatória, como estabilidade no emprego, dano moral, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu as provisões para contingências por haver discussões classificadas como de perda provável no valor de R\$ 43. Havia R\$ 244 em depósitos judiciais relacionados a discussões de perdas possíveis e remotas, R\$ 244 em 2015.

**b. Trabalhistas - Terceirizadas/ Indenizações judiciais a pagar**

O saldo é representado substancialmente por processos movidos contra empresas prestadoras de serviços contratadas pela Companhia, que responde subsidiariamente.

Devido à sentença desfavorável, referente aos processos mais antigos, os consultores jurídicos da Companhia vêm sugerindo acordos judiciais com os reclamantes. Esses acordos estão sendo aceitos e, em média, proporcionam desembolsos em torno de 80% do valor das causas. Para os processos mais novos, praticamente em todas as discussões, os processos estão classificados como perda possível, devido a força tarefa e acompanhamento intensivo dos processos, além da Administração tomar medidas de precaução quanto aos contratos de terceiros. A Administração adota como prática a reversão da provisão relacionada ao processo objeto do acordo, registrando no mesmo instante a despesa com indenizações trabalhistas judiciais que serão liquidadas conforme cronograma de datas especificado nas atas dos acordos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu como provisões para contingências aquelas discussões classificadas como de perda provável, no montante de R\$ 266 (R\$ 108 em 2015), para as quais havia R\$ 40 (R\$ 50 em 2015) em depósitos judiciais relacionados.



**c. Dívidas**

Em sua maioria, refere-se a processos movidos por ex-permissionários que questionam as tarifas que eram cobradas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu como provisões para contingências aquelas discussões classificadas como de perda provável, no montante de R\$ 22 (R\$ 120 em 2015), para as quais havia R\$ 14 (R\$ 14 em 2015) em depósitos judiciais relacionados.

Para que a situação patrimonial da companhia fique de acordo com a realidade econômica, em 2016 foram adotadas as atualizações monetárias mensalmente, visto que podem gerar distorções no resultado no futuro, principalmente se o valor for relevante.

Em 31 de dezembro de 2016, não há saldo a pagar referente acordo judicial. Em 2015 também não havia saldo a pagar no fim do período.

**16 Patrimônio líquido** (em milhares de reais)**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia é composto por 856.222.316 ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, distribuídas como segue:

	<b>Quantidade</b>	
	<b>de quotas</b>	<b>%</b>
Prefeitura Municipal de Campinas	856.221.446	99,9999
Outros	<u>870</u>	<u>0,0001</u>
	<u>856.222.316</u>	<u>100,00</u>

**b. Retenção de lucros**

O saldo remanescente dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 1.312 e R\$ 1.457 de lucros em 2015, compõe o saldo da conta reserva de lucros e integrará a proposta de

destinação de resultados a ser deliberado pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, como retenção de lucros, em linha com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

### *c. Ajuste de avaliação patrimonial*

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo decorre do fato de a Companhia ter registrado, com base em laudo de avaliação de especialista, o custo atribuído de seu ativo imobilizado conforme descrito na Nota Explicativa nº 9.

## **17 Benefícios a empregados** (em milhares de reais)

A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido. A Companhia fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, cartão vale alimentação, cartão vale refeição, vale transporte, formação profissional e uniforme. No exercício de 2016 os benefícios acima representaram a aplicação de R\$ 2.578 (R\$ 2.378 em 2015), correspondentes respectivamente, 3,55% e 3,61%, de sua receita operacional líquida.

**18 Provisão para imposto de renda e contribuição social (em milhares de reais)**
**a. Corrente**

	2016			2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízo antes dos impostos	(823)	(514)		(2.618)	(2.432)	
(+) Adições						
Permanentes	3.370	3.068		4.997	4.829	
Temporárias	1.281	1.281		619	619	
(-) Exclusões						
Permanentes	<u>(406)</u>	<u>(406)</u>		<u>(543)</u>	<u>(543)</u>	
Lucro real/base de cálculo da CSLL	3.422	3.429		2.455	2.472	
Compensação de prejuízo fiscal - 30%						
sobre lucro real	-	-		(248)	-	
Compensação de base negativa - 30%						
sobre saldo negativo	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>-</u>	<u>(396)</u>	
Lucro Real/base de cálculo da CSLL						
após compensação de prejuízos fiscais	3.422	3.429		2.207	2.076	
Imposto de renda - alíquota 15% +						
adicional 10% (R\$ 318)	(832)	-		(527)	-	
Contribuição social - alíquota 9%	<u>-</u>	<u>(308)</u>		<u>-</u>	<u>(187)</u>	
Outras compensações	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	

	2016			2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Total do imposto de renda e						
contribuição social	<u>(832)</u>	<u>(308)</u>	<u>(1140)</u>	<u>(527)</u>	<u>(187)</u>	<u>(714)</u>

**b. Diferido**

	Nota	2016	2015
Diferenças temporárias movimento período	14.a	33	(10)
Realização do custo atribuído ( <i>deemed cost</i> )	14.b	<u>997</u>	<u>1.559</u>
		<u>1.030</u>	<u>1.549</u>

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía saldo de prejuízo fiscal nem saldo remanescente de períodos anteriores. Em 31 de dezembro de 2015 não havia saldo referente a base fiscal de contribuição social sobre o lucro líquido nem saldo remanescente de períodos anteriores.

A Companhia não efetuou a provisão de Imposto de renda e Contribuição social diferido sobre o prejuízo fiscal devido ao fato de não haver histórico de rentabilidade. Em 2016 e 2015 a Companhia constituiu tributos diferidos sobre as diferenças temporárias.

**19 Receita operacional líquida (em milhares de reais)**

	2016	2015
Receita operacional bruta		
Prestação de serviços - Permissão de uso - CEASA	15.372	14.213
Repasse de convênios - Prefeitura de Campinas ( <b>nota 7</b> )	<u>58.611</u>	<u>53.092</u>

	73.983	67.305
Impostos	(1.464)	(1.365)
Devoluções e cancelamentos	(-)	(-)
Receita operacional líquida	<u>72.519</u>	<u>65.940</u>

Em 2016 a companhia registrou receita líquida de R\$ 72.519 (R\$ 65.940 em 2015), onde 20,78% refere-se a permissionamento de área e 79,22% refere-se aos repasses da Prefeitura Municipal de Campinas para operacionalização dos convênios da Alimentação Escolar e Banco Municipal de Alimentos.

## 20 Despesas administrativas (em milhares de reais)

	2016	2015
Despesas líquidas de pessoal	(7.421)	(6.600)
Despesas líquidas de serviços	(2.853)	(4.081)
Despesas líquidas de material de consumo	(229)	(399)
Despesas líquidas tributárias	(265)	(190)
Despesas líquidas administrativas	(204)	(214)
Reversões (constituição) de provisões	<u>(592)</u>	<u>(52)</u>
	<u>(11.564)</u>	<u>(11.536)</u>

Em 2016 a companhia registrou despesas administrativas no valor de R\$ 11.564 e R\$ 11.536 em 2015.

## 21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A Companhia já contratou empresa especializada em implantação de combate a incêndio, com o objetivo de contratar o seguro predial, mas devido à complexidade do processo, tamanho e dinamismo do mercado além, de estar obrigada a atender a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. Apesar dos esforços da

administração, em 2016 a Companhia não teve sucesso na contratação de empresa de seguros.

## 22 Demonstração do EBITDA (em milhares de reais)

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos diretos, depreciações e amortizações) é utilizado como indicador para aferição do desempenho econômico-financeiro.

Esse indicador não é medida prevista nas normas contábeis brasileiras e não faz parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente não foi analisada pelos nossos auditores independentes. Adicionalmente, esse indicador não deve ser analisado isoladamente, deve ser avaliado em conjunto com as demonstrações financeiras, as quais são apuradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Abaixo, está demonstrada a apuração do EBITDA da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Prejuízo do exercício	(624)	(1.568)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	1.140	685
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.030)	(1.549)
Depreciação/amortização	<u>3.749</u>	<u>5.426</u>
EBITDA	<u>3.235</u>	<u>2.994</u>

## 23 Instrumentos financeiros e riscos operacionais (em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros registrados no balanço estão representados

principalmente pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, outros créditos e demais contas a pagar, que estão atualizados monetariamente, conforme descrito a seguir. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros na forma de derivativos, hedges ou similares.

Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

	2016	2015
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalente de caixa (nota 5)	1.563	8.895
Contas a receber (nota 6)	920	914
Outros créditos (circulante e não circulante)	252	285
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>		
Fornecedores (nota 11)	7.090	5.412
Transações com partes relacionadas (não circulante) (nota 7)	-	209
Demais contas a pagar (nota 13)	631	634

### ***Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia***

#### ***Risco de crédito***

Advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas (permissão de uso) e de operações com instituições financeiras. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes para sua aceitação como permissionários e efetua aplicações financeiras somente em instituições financeiras de primeira linha.

### *Risco de taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como fundos de investimento e CDI), e mantém acompanhamento permanente do mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

### *Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros*

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas pelo CDI. A análise da sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração) está demonstrada no quadro a seguir:

#### **Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade**

	<b>Valores atrelados ao CDI</b>		
	Cenário Provável	Cenário I	Cenário II
Operação/risco	Provável	25%	50%
Taxa efetiva anual da Selic no período	14,03%	14,03%	14,03%
Ativo - Aplicações financeiras	1.319	1.319	1.319
Taxa estimada de acordo com os cenários	14,03%	10,52%	7,02%
Efeito no rendimento do ativo, líquido			
Diminuição	-	(139)	(93)
	*	*	*

\* Publicado no DOE e no Correio Popular no dia 21 de Abril de 2017 de acordo com a Lei 6.404/76 e posteriores alterações, e os Estatutos Sociais da Companhia.



## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA  
Campinas - SP**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. – CEASA (CEASA CAMPINAS)**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à CEASA CAMPINAS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da CEASA CAMPINAS é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante

**Av. Paulista, 1009, sala 1808 - Jardim Paulista - São Paulo/SP - CEP 01311-100**

**(11) 4007.1219 | [www.macielauditores.com.br](http://www.macielauditores.com.br) | [comercial@macielauditores.com.br](mailto:comercial@macielauditores.com.br)**

no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CEASA CAMPINAS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a CEASA CAMPINAS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CEASA CAMPINAS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CEASA CAMPINAS.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CEASA CAMPINAS. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CEASA CAMPINAS a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S  
2CRC RS – 005460/O-0 – S - SP  
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
1CRC RS – 71.505/O-3 – S - SP  
Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO  
1CRC RS – 65.932/O-7 – S - SP  
Responsável Técnica